



LINHA AMARELA S.A.

CNPJ nº 00.974.211/0001-25

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

A Companhia APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA



A Linha Amarela S.A. – LAMSA, controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente em operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. A Linha Amarela, operada desde novembro de 1997 pela LAMSA, é uma das principais vias expressas da cidade do Rio de Janeiro. Com 17,4 km de extensão, 20 km de acessos/saídas e uma praça de pedágio, a via liga a Barra da Tijuca à Avenida Brasil e à Ilha do Governador, interligando as Zonas Norte, Oeste e o Centro da cidade, contribuindo também para o desenvolvimento econômico dos bairros ligados por ela. A qualidade do serviço prestado aos seus usuários e o rigoroso respeito ao contrato de concessão norteiam a atuação da concessionária no atendimento à população do Rio de Janeiro.

Aspectos Regulatórios

Nos últimos anos, a LAMSA vivenciou uma série de atos de abuso do Poder Concedente. De forma unilateral e sem respaldo no contrato de concessão, a Prefeitura feriu a segurança jurídica nas relações institucionais por meio de atos como decretos determinando a suspensão da cobrança da tarifa de pedágio, passando pela notificação do rompimento unilateral do contrato de concessão da Linha Amarela e pela destruição da praça de pedágio em 2019. Inclusive, foi enviado a câmara municipal Projeto de Lei Complementar com o objetivo de encampação do contrato de concessão da Linha Amarela sem o prévio pagamento de indenização a que a LAMSA teria direito e está previsto em lei. Em 16 de setembro de 2020 o Superior Tribunal de Justiça suspendeu as decisões liminares que impediam a encampação da Companhia, objeto de contrato de concessão, suspendendo a cobrança da praça de pedágio em ambos os sentidos da via. No dia 3 de março de 2021 foi proferida decisão do Supremo Tribunal Federal suspendendo a continuidade de execução do processo de encampação. Em audiência de conciliação realizada no dia 05 de abril de 2021 foi proposto pelo juízo a fixação de tarifa provisória no valor de R\$ 4,00 (quatro reais), a perdurar pelo prazo de 90 (noventa) dias, período durante o qual as partes deviam diligenciar junto ao juízo de origem para a conclusão de perícia judicial ali já deferida, relativa ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o que foi aceito tanto pelo Município do Rio de Janeiro quanto pela Concessionária. A cobrança de pedágio pela LAMSA retornou em 09 de abril de 2021, após um período de quase 07 (sete) meses sem a contraprestação financeira pelos serviços prestados. Atualmente, a LAMSA aguarda o avanço da conciliação em andamento no STF com a análise do laudo pericial. A LAMSA sempre cumpriu rigorosamente seu contrato de concessão e reforça seu compromisso com a ética, a transparência e a integridade em todas as suas relações, seja com o Poder Concedente, usuários ou fornecedores. A Companhia segue a disposição do diálogo na busca pela melhor solução para sanar os litígios com o Poder Concedente, mas reforça que continuará utilizando de todos os recursos e procedimentos legais cabíveis em busca do restabelecimento dos direitos da LAMSA confiante no poder judiciário e na nossa capacidade de enfrentar e vencer os mais diversos desafios.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O início de 2021 começou com a LAMSA ainda sob efeitos da decisão do Superior Tribunal de Justiça, ou seja, sem a cobrança da tarifa de pedágio desde 16 de setembro de 2020. Mesmo com a cobrança de pedágio suspensa, a LAMSA encerrou o ano de 2020 operando a Linha Amarela e prestando os serviços essenciais para seus usuários, como socorro médico, mecânico, operações do CCO dentre outros. Em 03 de março de 2021, após reclamação apresentada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministro Luiz Fux, suspendeu os efeitos da decisão obtida pelo Município do Rio de Janeiro e marcou audiência de conciliação entre as partes. Na segunda audiência de conciliação, realizada em 05 de abril de 2021, foi proposto pelo juízo fixação de tarifa provisória no valor de R\$ 4,00, o que foi aceito por ambas as partes. Dessa forma, a LAMSA voltou a cobrar o pedágio em 09 de abril de 2021, após um período de quase sete meses sem a sua única fonte de receita operacional. Durante esse período a Companhia precisou readequar a estrutura à nova realidade de demanda sem comprometer a qualidade e a segurança do serviço prestado. Atualmente, a LAMSA aguarda o avanço das negociações em andamento no STF, com a análise do laudo pericial relativo ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato com a fixação de nova tarifa e a decisão acerca da manutenção da concessão.

Em 2021, a Companhia permanece focada na manutenção de suas operações com segurança e qualidade para nossos colaboradores e usuários. No aspecto regulatório, a LAMSA segue acompanhando as questões com o Poder Concedente.

DESTAQUES DO ÚLTIMO ANO

Retorno da cobrança do Pedágio

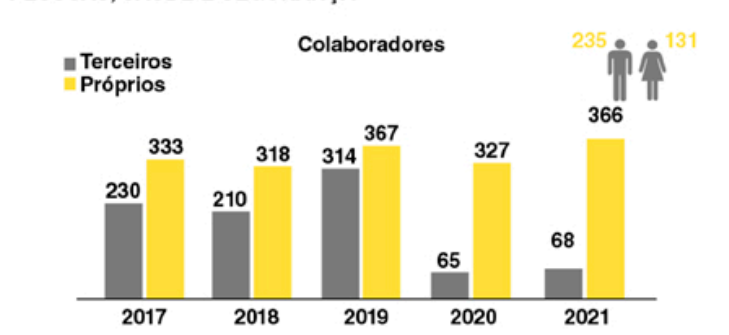
Em audiência de conciliação, após proposta do juízo, a Companhia aceitou retornar a cobrança do pedágio numa tarifa provisória de R\$ 4,00. Dessa forma, em 09 de abril de 2021, a LAMSA voltou a cobrar pedágio na via.

Novas Formas de Pagamento da Tarifa do Pedágio

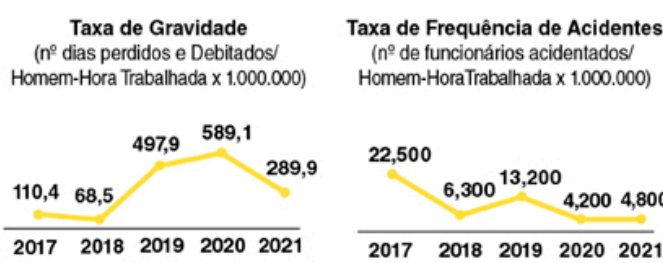
O pedágio da Linha Amarela passou a aceitar, a partir de junho 2021, o pagamento por aproximação com cartões de crédito, pré-pago e débito da Visa, Mastercard e Elo. Em uma parceria entre a LAMSA, a Visa e a Fadam, empresa integradora de soluções de pedágio, os motoristas podem realizar o pagamento da tarifa do pedágio utilizando cartões, celulares, relógios, pulseiras e outros dispositivos com esta tecnologia. Além de oferecer mais um meio de pagamento aos clientes da via expressa, a iniciativa também possibilita mais agilidade aos motoristas e contribui para a fluidez ao trânsito. E a partir de julho de 2021, a empresa passou a disponibilizar máquinas de cartões de crédito e débito com tecnologia de chip para o pagamento da tarifa, em respeito à lei municipal nº 7.004.

Sustentabilidade dos Negócios

PESSOAS, SAÚDE E SEGURANÇA



O ano de 2021 continuou sendo de cuidados e prevenção contra o Coronavírus. A medida em que a situação foi permitindo, a Companhia retornou ao modelo presencial, de forma híbrida para os colaboradores onde esta modalidade foi possível, com adoção de medidas de proteção rigorosas e recomendadas pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, além de veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio dos canais da empresa. O aumento de funcionários em 2021 é devido em parte pela recontração com a volta da operação, além de transferências da holding pela descentralização de algumas atividades. A segurança segue sendo um dos pilares principais na atuação da LAMSA, que continua extremamente focada na redução e prevenção de acidentes, promovendo treinamentos constantes e instruções práticas e teóricas.



Em 2021 os acidentes foram com menor gravidade, acidentes mais simples, porém com a mesma quantidade de acidentes do ano anterior, no entanto, com o HHT menor. Em 2020 teve uma taxa de gravidade alta devido a vários dias transportados de 2019.

ÉTICA E COMPLIANCE

O Grupo INVEPAR possui um programa voltado à prevenção, detecção e remediação de ilícitos e desvios de ética e de conduta, chamado de Programa de Integridade, que consiste em um conjunto de práticas, políticas, regulamentos, procedimentos e instruções de trabalho, que se aplica a todas as empresas do Grupo.

O Programa de Integridade foi construído com base no perfil de riscos de conformidade identificados e avaliados e está adequado a sua natureza de atuação. Os riscos de conformidade são avaliados semestralmente pela Diretoria Jurídica e Compliance da INVEPAR.

O modelo de atuação do Programa de Integridade contempla 6 pilares que atuam de forma interdependente e correlacionam-se:

- Cultura e Governança;
- Avaliação dos riscos de Compliance;
- Pessoas, competência e estrutura de Compliance;
- Políticas e procedimentos;
- Comunicação e treinamento;
- Monitoramento, teste e reporte.

No âmbito do Programa de Integridade, o Grupo possui também uma Política de Integridade, revisada e aprovada em dezembro de 2018 pela Diretoria Executiva da INVEPAR e aplicável a todas as empresas controladas, incluindo a Companhia, que estabelece os mecanismos gerais de conduta a todos os colaboradores e acionistas, destacando os seguintes elementos:

- Relacionamento com agentes públicos;
- Contratação de Pessoa Politicamente Exposta;
- Contratação de terceiros;
- Doações e patrocínios;
- Fusões, aquisições, associações e/ou consórcios.

A Política de Integridade deve ser seguida por todos aqueles que estejam presentes na cadeia de valor do Grupo, incluindo, sem limitação, a seus empregados, estagiários, jovens aprendizes, diretores estatutários, membros do conselho de administração, membros de comitês, prestadores de serviços, fornecedores, e aqueles que atuem em nome de qualquer empresa do Grupo INVEPAR.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O investimento social da concessionária conta com o apoio do Instituto Invepar e visa o crescimento socioeconômico das comunidades do entorno da Linha Amarela, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Em 2021, a LAMSA patrocinou 9 projetos sociais, beneficiando 7.600 pessoas de vizinhança à via:

Projetos Sociais

Entre Lugares - Promove a inclusão social por meio de atividades de incentivo à criação coletiva como oficinas de artes cênicas, literatura, música, circo e artes visuais.

Do Outro Lado da Rua - Busca promover a conscientização de crianças com foco na educação para o trânsito por meio de atividades lúdicas, como o teatro.

Escola Criativa - Estimula a cultura por meio de oficinas de artesanato sustentável, brinquedos criativos, desenho/pintura e teatro, sobre conteúdos relacionados às disciplinas de história, geografia, língua portuguesa e artes.

Negócio Sustentável - Promove a qualificação profissional em gestão cultural de organizações de base comunitária para a realização de projetos culturais que beneficiem à comunidade local.

Ela Escola Libertária de Artes - Realização de oficinas para incentivar o potencial artístico da população voltadas para dança, capacitação para DJ, contação de histórias, entre outras.

Mão Dupla, Gentileza e Respeito - Visa a conscientização sobre segurança no trânsito, utilizando a arte, cultura e o teatro como elemento agregador e sementeiro dessa nova consciência e conduta.

Favela Mundo - Realização de oficinas de teatro, música (violão), danças (brasileira, jazz e de rua) para crianças e jovens, e de capacitação profissional (artesanato e maquiagem) para jovens e adultos.

De Olho Na Pista - Promove apresentações teatrais para levar informações preventivas e educacionais voltadas à segurança no trânsito.

Orquestra de Bateria - Visa contribuir para a formação sociocultural de adolescentes e jovens por meio de oficinas de percussão com materiais alternativos e/ou recicláveis.

Educação no Trânsito

Em 2021, a LAMSA promoveu campanhas nas redes sociais e realizou ações educativas na Linha Amarela, visando sensibilizar motoristas e motociclistas sobre a importância da segurança no trânsito e, consequentemente, reduzir o número de acidentes na via expressa. As campanhas foram voltadas para o Maio Amarelo, Dia do Motorista, Dia do Motociclista e Semana Nacional do Trânsito. As ações educativas na praça de pedágio contaram com a parceria da Operação Lei Seca e do projeto social De Olho na Pista, patrocinado pela LAMSA. Além disso, a empresa distribuiu 500 antenas antilinha de pipa aos motociclistas, em parceria com a Campanha Cerol Mata e o Batalhão de Policiamento em Vias Especiais (BPVE). Durante o mês de outubro, a LAMSA realizou a campanha Passar na Boa, com o objetivo de informar, conscientizar e mobilizar os clientes quanto ao uso correto das pistas automatizadas na praça do pedágio. A ideia é contribuir para a redução das paradas de veículos, diminuindo o risco de acidentes e evitando multas.

MEIO AMBIENTE

Sempre vigilante às questões ambientais, a LAMSA monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente no sistema ICG (Indicadores de Controle e Gestão) e acompanhados pela alta direção através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos. Dentre as iniciativas voltadas para o meio ambiente e desenvolvidas pela LAMSA, destaque para a instalação de lâmpadas de LED nas rodovias. Esta ação proporciona até 60% de economia de energia elétrica se comparado com as lâmpadas tradicionais além da redução da emissão de gás carbônico (CO₂) e gases causadores do efeito estufa. Para os motoristas e motociclistas, traz mais conforto para a condução, aumentando a segurança na via.

Consumo de Água

A LAMSA monitora e controla o consumo de água através de sistema de gestão com ações de conscientização para redução de consumo, instalação de redutores nas torneiras dos banheiros e manutenção preventiva no castelo d'água reduzindo as chances de infiltrações. O aumento no consumo em 2021, é devido ao retorno das atividades após o período sem cobrança de pedágio, com maior ocupação da Sede por parte dos times operacionais.

Consumo de Energia

A redução no consumo em 12% em 2021, é devido a transferência da responsabilidade do pagamento da conta de energia da LAMSA para RIO-LUZ durante o período sem cobrança de pedágio nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2021.

Consumo de Combustível

O aumento de consumo em 13%, é devido ao retorno das atividades após o período sem cobrança de pedágio, com a utilização da frota pelas equipes operacionais com a retomada das atividades na rodovia pela LAMSA.

Emissões de GEE (Escopo 1 e 2) ¹

A Linha Amarela realiza anualmente o inventário de emissões de gases de efeito estufa considerando as emissões diretas e emissões indiretas provenientes da aquisição de energia elétrica e outras emissões indiretas, não relacionadas no Escopo 2. A empresa utiliza a ferramenta Climas para gestão desses indicadores. O aumento das emissões diretas de GEE (Escopo 1) está ligada ao aumento no consumo de combustíveis da frota em função da retomada das atividades. O aumento das emissões indiretas de GEE (Escopo 2) ocorreu devido a atualização dos fatores de emissões de eletricidade do SIN (Sistema Interligado Nacional) em 2021, o que causou a elevação do resultado de emissões se comparado a 2020. Vale destacar que apesar da variação do consumo de energia em 2021 se comparado a 2020 ser de redução de -12%, o causador da mudança do fator de emissão e consequente aumento na emissão de GEE é a utilização de termoeletricidade na geração de energia, devido à crise hídrica brasileira.

Ao longo de 2021, a Companhia destinou cerca 800 toneladas de resíduos em 2021 (perigoso e não perigoso) com um aumento de cerca de 33% em comparação a 2020. Esse aumento considerável em 2021 ocorreu, devido ao trabalho de limpeza geral na rodovia e faixas de domínio.

Resultados

CONTEXTO ECONÔMICO

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2021, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu 4,6% sendo maior que o PIB dos últimos 3 anos (2018, 2019 e 2020). Pressionado pela alta da inflação, que termina o ano acumulada em mais de 10%, o Banco Central elevou a Selic de 2%, no início de 2021, para 9,25% ao final do ano, voltando ao patamar de meados de 2017. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2021 com alta de 10,06% e o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) encerrou o ano com alta acumulada de 17,78%. Embora alguns setores tenham recuperado seu desempenho (serviços), muitos outros seguem sentindo o impacto da pandemia (comércio, turismo). Para o seguimento de rodovias, segundo dados da ABCR no RJ, houve aumento de 11,5% em 2021, no fluxo de veículos. No caso da LAMSA, foi registrado aumento de 47% em 2021, lembrando que 2020 o número de VEP's foi duramente afetado pela pandemia e a partir de 16 de setembro de 2020, o pedágio foi interrompido, devido a decisão judicial. A administração da Companhia seguirá atenta a toda e quaisquer informações e/ou eventos relacionados a este tema, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.

Inflação e Juros	2021	2020	▲
IPCA Últimos 12 Meses	10,06%	4,52%	-5,54 p.p
CDI Final do Período	8,76%	1,90%	-6,9 p.p
CDI Acumulado Últimos 12 meses	4,42%	2,76%	-1,66 p.p
TJLP Final do Período	5,32%	4,55%	-0,8 p.p
TJLP Média Últimos 12 meses	4,80%	4,87%	-0,1 p.p

<https://www.portalbrasil.net/ipca.htm>
http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/serie-historica-do-di.htm
<https://calculadorarendafixa.com.br/#>
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>

RESULTADOS OPERACIONAIS

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria mostram que o fluxo total de veículos pelas rodovias pedagiadas para as rodovias sob o regime de concessão privada acumula aumento de 8,1% em 2021, fruto da elevação de 6,8% dos veículos pesados e de 8,6% dos veículos leves. Considerando os dados do Rio de Janeiro, o aumento acumulado de 11,5% é composto pelo aumento de 7,1% dos veículos pesados e de 12,5% dos veículos leves. O melhor desempenho dos veículos leves está relacionado a melhora dos números da pandemia devido ao avanço da vacinação, o que permite o retorno ao lazer e turismo.

Desempenho Operacional (Mil)	4T21	4T20	▲	2021	2020	▲
VEP's¹	11.716	-	100,0%	32.740	22.276	47,0%
Veículos Leves	10.831	-	100,0%	30.301	20.402	48,5%
Veículos Pesados	885	-	100,0%	2.439	1.874	30,2%
Tráfego²	12.512	11.912	5,0%	47.552	37.732	26,0%
Veículos Leves	11.938	11.426	4,5%	45.499	34.442	32,1%
Veículos Pesados	484	486	-0,6%	1.784	1.581	12,8%
Veículos Isentos	90	-	100,0%	267	1.708	-84,4%
Tarifa Praticada³ (R\$)	4,00	7,50	-42,9%	4,00	7,50	-42,9%

¹VEP's = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

²Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

³Tarifa de R\$ 750 interrompida a partir de 16 de setembro de 2020; Tarifa de R\$ 4,00 cobrada a partir de 09 de abril de 2021

A LAMSA registrou 32,7 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEP's em 2021, um aumento expressivo de 47% em relação ao ano anterior. O ano de 2020 foi muito impactado pelas medidas restritivas de circulação, além de no 4T20, a LAMSA não ter registrado VEP's devido a decisão do STJ a partir de 16 de setembro de 2020.

RESULTADOS FINANCEIROS

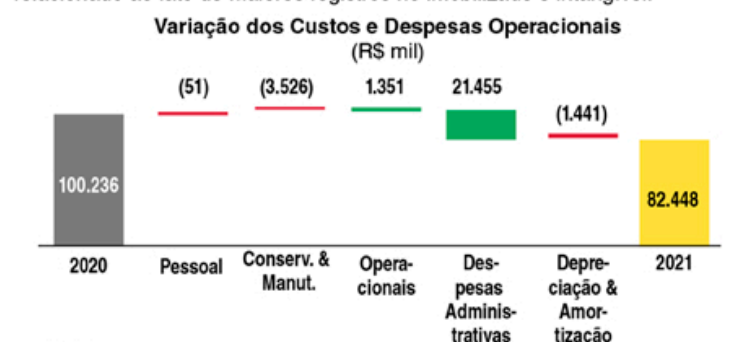
Recursos Operacionais (R\$ mil)	4T21	4T20	▲	2021	2020	▲
Recursos Bruta	46.860	-	100,0%	131.276	167.807	-21,8%
Recursos com Pedágio	46.860	-	100,0%	131.276	167.807	-21,8%
Deduções da Receita Bruta (4.054)	-	-	-	(11.356)	(14.516)	-21,8%
Recursos Líquida	42.806	-	100,0%	119.920	153.291	-21,8%

A partir de 09 de abril de 2021, a LAMSA retomou a cobrança de pedágio, com tarifa provisória no valor de R\$ 4,00, conforme sugerido pelo STF em audiência de conciliação com a Prefeitura realizada a 5 de abril de 2021. Após retorno da cobrança do pedágio, a Companhia auferiu receitas operacionais no montante de R\$ 131,3 milhões, uma redução de 21,8%, comparando com 2020, quando registrou R\$ 167,8 milhões. A receita apurada é menor, mesmo tendo um número de VEP's superior nesse período, devido a tarifa praticada atualmente (R\$ 4,00) ser inferior aquela que era praticada em 2020 (R\$ 7,50). No 4T20, a cobrança do pedágio ainda estava suspensa.

Custos e Despesa

Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)	4T21	4T20	▲	2021	2020	▲
Recursos Bruta	46.860	-	100,0%	131.276	167.807	-21,8%
Recursos com Pedágio	46.860	-	100,0%	131.276	167.807	-21,8%
Deduções da Receita Bruta (4.054)	-	-	-	(11.356)	(14.516)	-21,8%
Recursos Líquida	42.806	-	100,0%	119.920	153.291	-21,8%

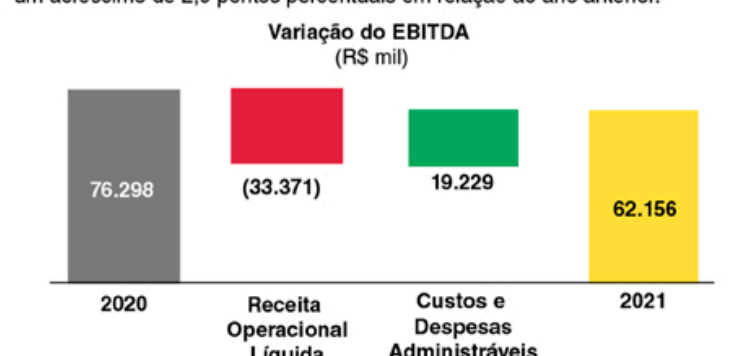
Os Custos e Despesas Operacionais reduziram 17,7% em 2021. Os custos com Conservação & Manutenção e Operacionais apresentaram aumento de 31,9% em 2021 na comparação com 2020, explicado pelas intervenções e pavimentações asfálticas ao longo da via. Em contrapartida, as Despesas Gerais & Administrativas tiveram redução de 77,8%, que se refere, principalmente, pela reversão das provisões de serviços compartilhados com a holding. O aumento de 6,2% na depreciação e amortização está relacionado ao fato de maiores registros no imobilizado e intangível.



EBITDA

EBITDA (R\$ mil)	4T21	4T20	▲	2021	2020	▲
EBITDA	27.604	19.268	43,3%	62.156	76.298	-18,5%
EBITDA (R\$ mil)	27.604	19.268	43,3%	62.156	76.298	-18,5%
Lucro (Prejuízo) Líquido	12.740	(14.627)	-187,1%	17.967	32.807	-45,2%
Resultado Financeiro Líquido	1.260	1.587	-20,6%	9.304	12.790	-27,3%
IRPJ & CSLL	7.507	(12.297)	-161,0%	10.201	7.458	36,8%
Depreciação e Amortização	6.097	6.069	0,5%	24.684	23.243	6,2%
EBITDA (R\$ mil)	27.604	19.268	43,3%	62.156	76.298	-18,5%
Margem EBITDA	64,5%	49,4%	15,1 p.p	51,8%	49,8%	2,0 p.p

A suspensão da cobrança de pedágio no primeiro trimestre de 2021 e ao retornar a cobrança, ser um valor menor que o praticado em 2020, foram os fatores que contribuíram para que a receita operacional impactasse para a redução do EBITDA em 18,5% em 2021, chegando ao valor de R\$ 62,2 milhões. A Margem EBITDA de 2021 foi de 51,8%, representando um acréscimo de 2,0 pontos percentuais em relação ao ano anterior.



LINHA AMARELA S.A.

CNPJ nº 00.974.211/0001-25

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T21	4T20	▲	2021	2020	▲
Resultado Financeiro	(1.260)	(1.587)	-20,6%	(9.304)	(12.790)	-27,3%
Receitas Financeiras	2.217	3.594	-38,3%	8.395	13.126	-36,0%
Juros sobre aplicações financeiras e Descontos Obtidos	1.568	376	317,0%	1.863	493	277,9%
Variação monetária e cambial ativa	649	1.543	-58,0%	1.575	2.933	-46,3%
Operações de instrumentos financeiros derivativos	-	-	0,0%	-	1.562	-100,0%
Juros sobre Debêntures	-	1.675	-100,0%	4.957	8.138	-39,1%
Despesas Financeiras	(3.476)	(5.181)	-32,9%	(17.699)	(25.916)	-31,7%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(69)	(26)	100,0%	(187)	(206)	-9,2%
Variação monetária e cambial passiva	(756)	(252)	200,0%	(1.603)	(3.961)	-59,5%
Juros sobre Debêntures	(2.306)	(4.834)	-52,3%	(15.304)	(20.344)	-24,8%
Comissões, despesas bancárias e outros	(345)	(69)	400,0%	(605)	(1.405)	-56,9%

O Resultado Financeiro da Companhia em 2021 melhorou 27,3%, na comparação com o ano anterior, em função da menor despesa com juros devido ao menor endividamento.

Resultado do Exercício

Resultado Líquido (R\$ mil)	4T21	4T20	▲	2021	2020	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	12.740	(14.627)	-187,1%	17.967	32.807	-45,2%

A LAMSA registrou uma redução de 45,2% do Lucro do exercício encerrado em 2021, em relação a 2020, principalmente devido à redução na Receita Líquida, relacionada tanto à suspensão da cobrança do pedágio na via até o início de abril de 2021 quanto na redução da tarifa praticada, de R\$ 7,50 para R\$ 4,00, após o retorno da cobrança. Esse decréscimo ainda foi compensado com a redução nos custos e despesas operacionais, além de melhora no resultado financeiro.

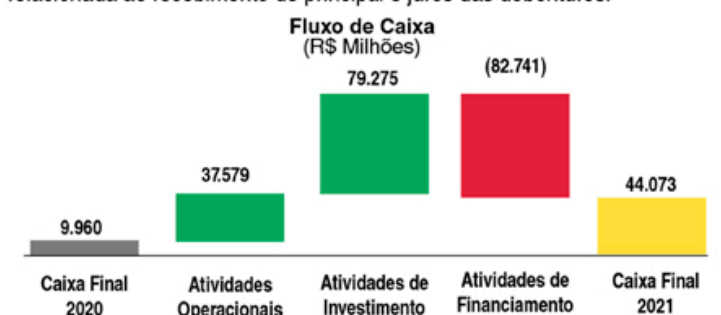
Evolução do Resultado do Exercício (R\$ mil)



FLUXO DE CAIXA

O saldo final de caixa da Companhia ficou maior em 2021, em comparação ao ano anterior, totalizando R\$ 44,0 milhões, devido à melhora na geração de

caixa das Atividades Operacionais, bem como das atividades de investimento, relacionada ao recebimento de principal e juros das debêntures.



ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ mil)	2021	2020	▲
Dívida Bruta	(101.093)	(206.788)	-51,1%
Curto Prazo	(14.624)	(206.788)	-92,9%
Debêntures	(14.624)	(206.788)	-92,9%
Longo Prazo	(86.469)	-	100,0%
Debêntures	(86.469)	-	100,0%
Disponibilidades	51.718	9.960	419,3%
Caixa e equivalentes de caixa	51.718	9.960	419,3%
Dívida Líquida	(49.375)	(196.828)	-74,9%

A Dívida Bruta da Companhia finalizou o ano de 2021 totalizando R\$ 101,1 milhões, o que representou uma redução de 51,1% frente ao verificado em 2020, explicado pela amortização do principal das debêntures da 2ª emissão, sem contrapartida de novas captações.

INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	2021	2020	▲
Investimento Total	1.406	8.276	-83,0%
Imobilizado	159	520	-69,4%
Intangível	1.247	7.756	-83,9%

A redução de 83% de investimento em 2021 é justificada pela priorização dos recursos na manutenção e segurança da via, durante o período em que o pedágio estava suspenso, sendo essa sua única fonte de receita.

Assembleia Geral de Debenturistas - AGD. No dia 27 de agosto de 2021, o único debenturista da 2ª emissão de debêntures deliberou, em AGD, o Resgate Antecipado Total das Debêntures da 3ª Emissão de Debêntures Simples não Conversíveis em Ações em Série Única de Espécie Quirografária para Colocação Privada da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro - Metrô Rio de titularidade da Emissora, e, em ato contínuo, aprovar a amortização parcial, via aquisição facultativa, da presente Emissão, no mesmo montante do Resgate Antecipado Total das Debêntures da MetrôRio junto à Emissora, com a exclusão imediata do MetrôRio como Fornecedor desta Emissão. No dia 04 de novembro de 2021, o único debenturista da 2ª emissão de debêntures deliberou, em AGD, dentre outras coisas, pela não declaração de vencimento antecipado devido ao processo de encampação, autorização para a transferência de ações da LAMSA no âmbito do Acordo de Reestruturação da Controladora Invepar, pela não declaração de vencimento antecipado em razão do descumprimento na Conta Pagamento do Serviço da Dívida, aprovação da "Autorização Rating" pela não declaração de vencimento antecipado devido ao abaixamento de rating, aprovação de nova Cláusula na Escritura de Emissão de modo a criar hipóteses de Amortização Extraordinária Obrigatória, aprovação de inclusão

de novas hipóteses de vencimento antecipado não automático, aprovação de pagamento ao Debenturista de *Waiver Fee* devido a não declaração de vencimento antecipado e autorização da alteração da taxa de remuneração, caso ocorra a transferência das ações da LAMSA e a Emissora não realize, a quitação integral do saldo devedor das Debêntures e das demais obrigações decorrentes da Emissão em até 12 (doze) meses. No dia 06 de dezembro de 2021, o único debenturista da 2ª emissão de debêntures deliberou, em AGD, pela não declaração do vencimento antecipado em razão do descumprimento no dia 30 de março de 2021 do depósito na Conta Pagamento do Serviço da Dívida dos valores devidos para o pagamento do dia 31 de março de 2021. A redução de 83% de investimento em 2021 é justificada pela priorização dos recursos na manutenção e segurança da via, durante o período em que o pedágio estava suspenso, sendo essa sua única fonte de receita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

PERSPECTIVAS E PLANOS

O ano de 2021 começou com a LAMSA com a cobrança do pedágio suspensa, mas ainda assim, prestando os serviços necessários para a manutenção da via e somente em 09 de abril de 2021 foi retomada a cobrança de pedágio após um período de quase 07 (sete) meses. A Companhia segue acompanhando o andamento do processo junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A LAMSA tomará todas as providências e medidas cabíveis para resguardar os direitos e prevenir responsabilidades da Concessionária, tudo conforme previstos nas normas aplicáveis e no Contrato de Concessão. Além disso, a Companhia informa que, com o apoio da Invepar, segue buscando a melhor solução para a LAMSA, para os usuários da via expressa e para cidade do Rio de Janeiro e acredita que os direitos previstos no contrato de concessão permanecerão assegurados.

Por fim, a Companhia segue atenta aos acontecimentos do setor em que atua e tomando as medidas necessárias para enfrentar o atual momento.

AUDITORES INDEPENDENTES

A Invepar e suas controladas utilizam os serviços de auditoria independente da Mazars Auditores Independentes desde 01 de abril de 2021. No exercício encerrado em dezembro de 2021, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa, que não entre em conflito com as normas de independência dos auditores externos NBCTA-200.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2022

Diretor de Relações com Investidores

Diretor de Relações com Investidores	
Gustavo Soares Figueiredo	
Equipe de Relações com Investidores	
Amanda Pimentel	e-mail: DRI@lamsa.invepar.com.br
	telefone: +55 21 2211 1300

ANEXOS

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	4T21	4T20	▲	2021	2020	▲
Receita Bruta	46.860	-	100,0%	131.276	167.807	-21,8%
Receitas com Pedágio	46.860	-	100,0%	131.276	167.807	-21,8%
Deduções da Receita Bruta	(4.054)	-	100,0%	(11.356)	(14.516)	-21,8%
Receita Líquida	42.807	-	100,0%	119.920	153.291	-21,8%
Custos & Despesas	(21.300)	(25.336)	-15,9%	(82.448)	(100.236)	-17,7%
Pessoal	(6.249)	(5.513)	13,4%	(24.101)	(24.050)	0,2%
Conservação & Manutenção Operacionais	(4.399)	(660)	566,5%	(14.586)	(11.060)	31,9%
(3.199)	(5.601)	-42,9%	(12.939)	(14.290)	-9,5%	
Despesas Administrativas	(1.356)	(7.493)	-81,9%	(6.138)	(27.593)	-77,8%
Depreciação & Amortização	(6.097)	(6.069)	0,5%	(24.684)	(23.243)	6,2%
RESULTADO OPERACIONAL	21.506	(25.336)	-184,9%	37.472	53.055	-29,4%
Resultado Financeiro	(1.260)	(1.587)	-20,6%	(9.304)	(12.790)	-27,3%
Receitas Financeiras	2.217	3.594	-38,3%	8.395	13.126	-36,0%
Juros sobre aplicações financeiras e Descontos Obtidos	1.568	376	317,0%	1.863	493	277,9%
Variação monetária e cambial ativa	649	1.543	-58,0%	1.575	2.933	-46,3%
Operações de instrumentos financeiros derivativos	-	-	0,0%	-	1.562	-100,0%
Juros sobre Debêntures	-	1.675	-100,0%	4.957	8.138	-39,1%
Despesas Financeiras	(3.476)	(5.180)	-32,9%	(17.699)	(25.916)	-31,7%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(69)	(26)	100,0%	(187)	(206)	-9,2%
Variação monetária e cambial passiva	(756)	(252)	200,0%	(1.603)	(3.961)	-59,5%
Juros sobre Debêntures	(2.306)	(4.834)	-52,3%	(15.304)	(20.344)	-24,8%
Comissões, despesas bancárias e outros	(345)	(69)	400,0%	(605)	(1.405)	-56,9%
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	20.247	(26.923)	175,2%	28.168	40.265	-30,0%
IR & CSL	(7.507)	12.297	-161,0%	(10.201)	(7.458)	36,8%
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	12.740	(14.627)	-187,1%	17.967	32.807	-45,2%

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	2021	2020	Passivo (R\$ Mil)	2021	2020
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	44.073	9.960	Fornecedores	7.801	7.136
Aplicações Financeiras	7.645	-	Debêntures	14.624	206.788
Contas a receber	6.551	-	Tributos a recolher	10.951	5.010
Estoques	995	706	Obrigações com empregados e administradores	3.974	3.179
Impostos a recuperar	11.310	7.163	Dividendos e Juros sobre o capital próprio	151.127	146.860
Debêntures	-	93.280	Partes relacionadas	4.613	5.313
Adiantamentos	2.437	1.608	Outras contas a receber	572	491
Partes relacionadas	290	323	Total do Circulante	193.662	374.777
Outras contas a pagar	71	875	Passivo Não Circulante		
Total do Circulante	73.372	113.915	Debêntures	86.469	-
Ativo não Circulante			Provisão para riscos processuais	11.840	11.039
Imposto de renda e contribuição social diferidos	913	771	Total do Não Circulante	98.309	11.039
Depósitos judiciais	13.192	11.658	TOTAL DO PASSIVO	291.971	385.816
Imobilizado	13.998	16.536	Patrimônio Líquido		
Intangível	331.920	352.660	Capital social	91.953	60.953
Total do Não Circulante	360.023	381.625	Reserva legal	13.089	12.191
TOTAL DO ATIVO	433.395	495.540	Dividendos adicionais propostos	36.382	23.580
			Prejuízos Acumulados	-	-
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	141.424	96.724
			AFAC	-	13.000
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E AFAC	141.424	109.724
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	433.395	495.540

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	44.073	9.960	Fornecedores		7.801	7.136
Aplicações financeiras	5	7.645	-	Debêntures	12	14.624	206.788
Contas a receber	6	6.551	-	Tributos a recolher	7(c)	10.951	5.010
Estoques		995	706	Obrigações com empregados e administradores		3.974	3.179
Impostos a recuperar	7(a)	11.310	7.163	Dividendos e Juros sobre o capital próprio	9 e 14(c)	146.860	146.860
Debêntures	9	-	93.280	Partes relacionadas	9	4.613	5.313
Adiantamentos		2.437	1.608	Outros		572	491
Partes relacionadas	9	290	323	Total do passivo circulante		189.395	374.777
Outros		71	875	NÃO CIRCULANTE			
Total do ativo circulante		73.372	113.915	Debêntures	12	86.469	-
NÃO CIRCULANTE				Dividendos propostos	9 e 14(c)	4.267	-
Realizável a longo prazo				Provisão para riscos processuais	13	11.840	11.039
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7(b)	913	771	Total do passivo não circulante		102.576	11.039
Depósitos judiciais	8	13.192	11.658	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo realizável a longo prazo		14.105	12.429	Capital social	14(a)	91.953	60.953
Imobilizado	10	13.998	16.536	Reserva legal	14(b)	13.089	12.191
Intangível	11	331.920	352.660	Dividendos adicionais propostos	14(c)	36.382	23.580
Total do ativo não circulante		360.023	381.625	Patrimônio líquido		141.424	96.724
Total do ativo		433.395	495.540	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	14(d)	-	13.000
				Total do patrimônio líquido e AFAC		141.424	109.724
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		433.395	495.540

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		54.118	10.824	54.732	-	119.674	-	119.674
Dividendos adicionais propostos	14(c)	-	-	(54.732)	-	(54.732)	-	(54.732)

LINHA AMARELA S.A.

CNPJ nº 00.974.211/0001-25

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos e contribuição		28.168	40.265
Ajustes:			
Depreciação e amortização	10 e 11	24.684	23.243
Baixa do imobilizado e intangível		-	548
Adição do imobilizado/Intangível não realizado		(230)	(278)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa		350	-
Provisão (Reversão) para riscos processuais, líquidos		(376)	6.004
Ajuste de operação de instrumentos financeiros derivativos		-	810
Variações monetárias e encargos, líquidos		10.214	15.444
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(6.901)	16.981
Estoques		(289)	73
Depósitos judiciais		(224)	(7.422)
Adiantamentos		(829)	98
Impostos a recuperar		(4.147)	(7.163)
Debêntures	9	4.957	7.930
Outros créditos		804	63
Fornecedores		895	(3.445)
Obrigações com empregados e administradores		795	(1.304)
Tributos a recolher		4.838	(24.397)
Tributos pagos		(9.240)	(7.577)
Partes relacionadas		(667)	2.327
Outras obrigações e contas a pagar		81	491
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		52.883	62.691
Debêntures e empréstimos	12	(15.304)	(20.649)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		37.579	42.042
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(159)	(520)
Aquisição de intangível	11	(1.247)	(7.756)
Aplicação financeira		(7.645)	-
Recebimento de principal sobre debêntures	9	93.280	2.215
Aplicação financeira vinculada	12	(4.954)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		79.275	(6.061)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento do principal de debêntures e empréstimos e financiamentos	12	(100.741)	(41.811)
Pagamento de dividendos e JSCP		-	(19.804)
Adiantamento para futuro aumento de capital	14(d)	-	13.000
Aumento de capital	14(a)	18.000	6.835
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(82.741)	(41.780)
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa		34.113	(5.799)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	9.960	15.759
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	44.073	9.960
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa		34.113	(5.799)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receitas		131.596	167.187
Prestação de serviços	15	131.276	167.807
Perda efetiva do contas a receber	6	(170)	(763)
Outras receitas		490	143
Insumos adquiridos de terceiros		(33.840)	(51.832)
Custos das mercadorias e serviços		(3.720)	(1.607)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(30.114)	(49.325)
Perda/recuperação de ativos		-	(350)
Outros custos		(6)	(550)
Valor adicionado bruto		97.756	115.355
Retenções	10 e 11	(24.684)	(23.243)
Depreciação e amortização		(24.684)	(23.243)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		73.072	92.112
Valor adicionado recebido em transferência		8.395	13.126
Receitas financeiras	17	8.395	13.126
Total do valor adicionado a distribuir		81.467	105.238
Distribuição do valor adicionado		81.467	105.238
Pessoal e encargos		20.313	20.515
Remuneração direta		13.345	12.474
Benefícios		5.551	6.598
FGTS		1.212	1.281
Outros		205	162
Impostos, taxas e contribuições		25.236	25.580
Federais		18.560	17.079
Estaduais		75	67
Municipais		6.601	8.434
Remuneração capital de terceiros		17.951	26.336
Juros		15.847	20.549
Aluguéis		251	420
Outras		1.853	5.367
Remuneração de capital próprio		17.967	32.807
Lucro (Prejuízo) do exercício	18	17.967	32.807

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Operações da Companhia

Linha Amarela S.A. ("LAMSA" ou "Companhia" ou "Concessionária"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil foi fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. A LAMSA foi constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, encerrando-se em dezembro de 2037, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("Invepar").

Em 08 de abril de 2020, foi deferido o registro de emissor de que trata a Instrução CVM nº 480/09, na categoria "B", para a LINHA AMARELA S.A. - LAMSA. A partir desta data, a Companhia deve, obrigatoriamente, proceder ao envio das informações periódicas e eventuais pelo Sistema Empresas. NET, nos termos dos artigos 21 e 30 da Instrução CVM nº 480/09.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 116.023 (R\$ 260.862 em 31 de dezembro de 2020), houve redução do CCL negativo, devido, principalmente ao passivo com dividendos no valor de R\$ 146.860.

A Invepar, após as aprovações em Assembleias Gerais de Acionistas e de Debenturistas, assinou um Acordo de Reestruturação que prevê uma solução definitiva para a estrutura de capital do Grupo, com redução significativa da dívida, envolvendo a sua troca por participações em empresas do Grupo. O desenho definitivo desta reestruturação ainda está em construção e está sujeito a uma série de condições precedentes e aprovações regulatórias. O Acordo de Reestruturação é um passo importante para uma solução definitiva para o passivo financeiro do Grupo.

A Companhia entende que seu fluxo de caixa operacional faz frente às suas obrigações pelos próximos 12 meses. Além disso, se necessário, a LAMSA poderá receber suporte financeiro de sua controladora INVEPAR, na medida de sua disponibilidade, de modo a reduzir as dificuldades financeiras de curto prazo.

1.2. Continuidade operacional em relação a litígio com o Poder Concedente

Em 29 de outubro de 2019, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro enviou Projeto de Lei Complementar à Câmara Municipal para ser votado, em regime de urgência, com o objetivo de encampação do contrato de concessão da Linha Amarela, sendo aprovado em 05 de novembro de 2019 e convertido na Lei Complementar nº 213 na mesma data, prevendo: (i) a amortização da indenização à concessionária pelos prejuízos apurados pelos órgãos fiscalizadores e pelo Executivo; e (ii) a possibilidade de a Prefeitura constituir caução para eventual indenização à concessionária. Em 06 de novembro de 2019, a LAMSA obteve decisão judicial favorável, assegurando a execução do Contrato de Concessão até que se estabeleça processo administrativo garantindo o direito da concessionária à ampla defesa e à indenização prévia. Após diversas liminares favoráveis que garantiram a execução do contrato de concessão, em 16 de setembro de 2020, o Município do Rio de Janeiro obteve liminar (SLS nº 2792) junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), assegurando o prosseguimento dos atos de encampação, suspendendo a cobrança de tarifa. E, em 03 de março de 2021, após Reclamação (RCL) 43697 apresentada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministro Luiz Fux, deferiu liminar e suspendeu os efeitos da decisão obtida pelo Município do Rio de Janeiro.

A cobrança da tarifa foi restabelecida em 09 de abril de 2021, com o valor provisório de R\$ 4,00 (quatro reais), fixado pelo juízo, após audiência de conciliação realizada em 05 de abril de 2021, na qual ficou ajustada a realização de perícia no processo de origem (TJRJ nº 0337389-74.2019.8.19.0001) para apurar os desequilíbrios apontados pelas partes. A perícia foi realizada pela Alumi COPPEAD e concluída em 22 de novembro de 2021, sendo deferido prazo às partes para manifestação sobre o laudo, para posterior esclarecimento técnico e envio ao Supremo Tribunal Federal. A Companhia entende que a encampação é ilegal, pois não há razões jurídicas para cessação do contrato de concessão, uma vez que as discussões envolvendo os aditivos celebrados, bem como o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato são objeto de discussões judiciais.

Rebaixamento do rating

Em 08 de abril de 2020, a agência de classificação de riscos Moody's Corporation alterou a classificação de risco atribuída à 2ª emissão de debêntures privada da LAMSA ("Emissão" ou "Debêntures"), passando de 'Ba3.br' para 'B2.br' na escala nacional. O rating na escala global foi mantido em 'B3'. A ação de rating atual deriva do momento sem precedentes vivenciado pela economia global devido à rápida e crescente disseminação do surto de Coronavírus - Covid-19 - gerando impacto no fluxo de veículos da concessão e, consequentemente, em seu risco de crédito.

Na Assembleia Geral de Debenturistas - AGD de 31 de julho de 2020, os debenturistas deliberaram sobre a não declaração de vencimento antecipado das debêntures em razão dos rebaixamentos da classificação de risco atribuído à Emissão com renúncia temporária da cláusula de rating mínimo prazo de 12 (doze) meses.

Em 21 de setembro de 2020, em decorrência da decisão do Superior Tribunal de Justiça, do dia 15 de setembro de 2020, que suspendeu as liminares que impediam a encampação da concessão da via expressa Linha Amarela, objeto de contrato entre a LAMSA e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, a agência de classificação de riscos Moody's Corporation alterou a classificação de risco atribuída à 2ª emissão de debêntures privada da LAMSA ("Emissão" ou "Debêntures"), passando de 'B2.br' para 'Caa1.br' na escala nacional, e de 'B3' para 'Caa1' na escala global. Esse rebaixamento não gera impacto na emissão de debêntures, dada a aprovação mencionada no parágrafo anterior. Entretanto, a administração da Companhia, em função da encampação, reclassificou o saldo da dívida para o passivo circulante.

Em 29 de junho de 2021 foi atribuído pela Moody's Local Brasil o rating CCC+ br à 2ª emissão de debêntures privadas da Lamsa, equivalente ao rating atribuído anteriormente.

Em 06 de dezembro de 2021, foi assinado em Ata da Assembleia Geral de Debenturistas, a não cobrança antecipada do Contrato de Cessão Fiduciária, pelo descumprimento no dia 30 de março de 2021, os termos do contrato Cláusula 2.2 do Contrato de Cessão Fiduciária.

Em 31 de dezembro de 2021, não houve alteração do rating, permanecendo em CCC+ br à 2ª emissão de debêntures.

Impactos da COVID-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Os resultados da Companhia foram duramente afetados no decorrer desse exercício.

Apesar do surgimento de novas variantes, até o momento da divulgação dessas demonstrações contábeis, diante da implementação do plano de vacinação contra a COVID-19, podemos observar uma melhora no cenário em relação à diminuição de casos de contaminação no país, refletindo uma melhora no desempenho operacional no comparativo ao mesmo período do ano anterior.

A Companhia acredita que os piores impactos sofridos pela pandemia já foram superados, porém ainda existe incerteza e continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores, clientes, comunidade e rodovias, visando minimizar os impactos nas operações como está sendo realizado desde o início da pandemia.

Segmento Rodovia	4T21	4T20	%	12M21	12M20	%
LAMSA	11.716	-	100%	32.740	22.276	47%

VEPs (mil): Veículo equivalentes pagantes.

2. Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme a orientação técnica OCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 20 de março de 2022.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Caixa e equivalente de caixa, Aplicação financeira e outros Instrumentos financeiros.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia.

2.2. Contratos de concessão - ICPC 01 (R1) (IFRIC 12)

A contabilização do contrato de concessão é conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

2.3. Reconhecimento de receitas

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

(a) Receita de serviços

As receitas provenientes de pedágio são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da via expressa pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Companhia não constitui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, e faz periodicamente testes de recuperabilidade dos mesmos.

2.6. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.7. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.8. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação estocados no almoxarifado e que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.9. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor contábil, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor contábil.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de reposição estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.10. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor contábil. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido que exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.11. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.12. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Receitas de pedágio	Receitas Demais	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social.....	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ..	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza.....	ISS	5,00%	-	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício inclui o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fis

LINHA AMARELA S.A.

CNPJ nº 00.974.211/0001-25

O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, estas são revisadas em períodos menores pelas controladas. As premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e consequentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.13. Benefícios aos empregados

A Companhia possui planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência. Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. A Companhia não concede plano de benefício pós-emprego para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigação de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

2.14. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33). O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.17. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

2.18. Informações por segmento

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.19. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.20. Contratos de concessão

A contabilização do contrato de concessão está em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

2.21. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos
A preparação das demonstrações contábeis da controladora e consolidado da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Principais fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento, que tem como base as projeções até o término do prazo de concessão, e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível

à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercados ativos, o seu cálculo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Participação nos lucros e resultado ("PLR")

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

2.22. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021, conforme segue:

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022.

(b) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) - A partir de 1º de janeiro de 2022.

(c) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) - A partir de 1º de janeiro de 2022.

(d) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - A partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. Contrato de concessão

A Companhia detém o contrato de concessão para operação e manutenção da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. A concessão foi outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e o contrato de concessão foi assinado em dezembro de 1994. Após período de construção, a via foi inaugurada e teve a cobrança de pedágio iniciada em janeiro de 1998, por um prazo de 162 meses (13,5 anos). O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio no 1º dia de cada ano com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial ("IPCA-E").

Em janeiro de 1999, foi assinado o 5º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu a construção do Lote IV da Linha Amarela (trecho que vai do Viaduto Sampaio Corrêa até a Ilha do Fundão), na ordem de R\$ 62,8 milhões, com contrapartida na prorrogação do prazo de concessão para um total de 300 meses (25 anos), se estendendo até 2022.

Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações determinadas pela Prefeitura, na ordem de R\$ 251 milhões, para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente a melhoria da fluidez viária, como segue:

- Construção de um viaduto na Abolição/Engenhão conectando a Rua da Abolição com a Linha Amarela;

- Construção da uma nova baía de ônibus em Gardênia, na Av. Ayrton Senna, sentido Barra, no trecho da Gardênia Azul;

- Alargamento da Av. Bento Ribeiro Dantas e do Viaduto de Osvaldo Cruz, a serem executadas no trecho entre o Viaduto de Mangueiras e o Viaduto Osvaldo Cruz;

- Alargamento da pista marginal da Av. Brasil, sentido centro, no trecho em frente à Flocruz e remodelagem da baía de ônibus existente no mesmo trecho;

- Recuperação do pavimento na Linha Vermelha;

- Colocação de painéis de proteção na Linha Amarela e na Linha Vermelha;

- Alargamento da Av. Ayrton Senna, sentido Barra, interligando a ponte Arroio Fundo ao viaduto existente sobre a Av. Emb. Abelardo Bueno;

- Ampliação do viaduto de Mangueiras e de seus acessos; e

- Urbanização e melhorias de parques lineares em torno da via.

Como contrapartida destes investimentos, que foram realizados e concluídos pela Companhia, o Poder Concedente prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos, estendendo até 2037, e reajustou a tarifa em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre os anos 2012 e 2015.

A Companhia possui compromisso contratual de assegurar que o serviço de operação da Linha Amarela (RJ) seja prestado de forma a garantir a qualidade e segurança, satisfazendo, durante toda a vigência do Contrato, as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas. A qualidade dos serviços prestados é avaliada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Informações sobre o processo de encampação da Companhia, vide Nota 1.2.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	4.593	389
Certificados de depósitos bancários - CDB (a)	39.480	9.571
Total de caixa e equivalentes de caixa	44.073	9.960

(a) Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor e prontamente resgatáveis. A rentabilidade média destas aplicações em 31 de dezembro de 2021 é 95,00% do CDI (96,86% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

5. Aplicação financeira

	2021	2020
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	7.645	–
Total de aplicações financeiras	7.645	–

Composição

Parte relacionada	Transação	Relação	Resultado				
			Ativo Circulante	Passivo Circulante	Passivo/PL Não Circulante	Despesa	Receita
INVEPAR	Compartilhamento de despesas	Controladora	264	4.613	–	(1.243)	–
INVEPAR	Dividendos/JSCP	Controladora	–	146.860	4.267	–	–
PEX	Passagem pista AVI-PEX	Coligada	26	–	–	–	–
Total			290	151.473	4.267	(1.243)	–

Parte relacionada	Transação	Relação	Resultado				
			Ativo Circulante	Passivo Circulante	Passivo/PL Não Circulante	Despesa	Receita
INVEPAR	Compartilhamento de despesas	Controladora	264	5.313	–	(12.713)	–
INVEPAR	Dividendos/JSCP	Controladora	–	146.860	–	–	–
PEX	Passagem pista AVI-PEX	Coligada	26	–	–	–	–
METRORIO	Compartilhamento de despesas	Coligada	33	–	–	–	–
METRORIO	Debêntures (a)	Coligada	93.280	–	–	–	8.139
Total			93.603	152.173	–	(12.713)	8.139

(a) Em 31 de julho de 2012, a Companhia efetuou a aquisição de debêntures no montante de R\$ 154.170, não conversíveis em ações, do METRÓRIO, empresa controlada pela Invepar. Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a.

(b) Em 26 de agosto de 2021 houve a liquidação da totalidade da dívida em aberto como parte do processo de venda da empresa METRÓRIO para outro grupo econômico.

6. Contas a receber

	2021	2020
AVI (a)	9.323	–
NFC	28	–
Vale pedágio	91	–
Subtotal	9.442	–
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(350)	–
Total	9.092	–

(a) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 35 dias.

A Companhia em 31 de dezembro de 2021 reconheceu de perda definitiva de R\$ 170 (em 31 de dezembro de 2020 reconheceu como perda definitiva em R\$ 763).

7. Impostos, taxas e contribuições

(a) Imposto a recuperar

	2021	2020
Antecipação de Imposto de renda e contribuição social	7.932	5.921
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	3.378	1.243
Total	11.310	7.163

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Natureza	2021	2020
Provisão para riscos processuais	4.025	3.753
Provisão na participação dos lucros e resultados (PLR)	275	–
Provisões não dedutíveis	524	1.174
Total do ativo fiscal diferido	4.824	4.927
Margem de construção – RTT	(1.916)	(2.036)
Amortização de direito de concessão	(1.812)	(1.925)
Margem de construção (Lei 12.973)	(183)	(195)
Total do passivo fiscal diferido	(3.911)	(4.156)
Total	913	771

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	2021	2020
2022	798	1.549
2023	403	375
2024	403	375
2025	403	375
2026	403	2.253
2027 em diante	2.414	–
Total dos ativos fiscais diferidos	4.824	4.927
Total dos passivos fiscais diferidos	(3.911)	(4.156)
Total dos impostos diferidos	913	771

(c) Tributos a recolher

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social	9.400	4.631
ISS	861	40
PIS e COFINS	659	40
IRRF e CSRF	68	78
Tributos em parcelamento (*)	–	106
INSS sobre terceiros	(37)	115
Total	10.951	5.010

(*) Em 22 de janeiro de 2021, a Companhia liquidou os tributos em parcelamento que eram referentes ao débito de imposto de renda e contribuição social dos anos calendários 2013 e 2014 junto à Receita Federal do Brasil, parcelados em 60 meses e registrados no resultado de 2015.

(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	28.168	40.265
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(9.577)	(13.690)
Adições permanentes	(179)	(40)
Incentivos fiscais	360	–
Exclusões permanentes	114	81
Recuperação de créditos	–	5.574
Outros	(919)	617
Total de impostos no resultado	(10.201)	(7.458)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(10.343)	(9.919)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	142	2.461
Total dos impostos no resultado	(10.201)	(7.458)

8. Depósitos judiciais

	2021	2020
Cíveis (b)	7.985	7.161
Tributários (a)	4.022	3.529
Trabalhistas	1.185	968
Total	13.192	11.658

(a) Em 2000, a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, retendo deste e recolhendo, indevidamente, o montante referente à Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Diante da inapropriada retenção de imposto, efetuou o complemento do pagamento ao referido acionista e compensou o valor recolhido ao fisco. Em agosto de 2006, a 5ª Vara Federal de execução fiscal, expediu mandado intimando a Companhia a efetuar o pagamento de R\$ 1.439 referente à compensação fiscal acima mencionada, o qual foi atendido através do depósito judicial realizado em setembro de 2006. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, entende que o processo no qual esse depósito está vinculado possui expectativa de perda remota, não sendo necessária a constituição de provisão para riscos.

(b) Representado, substancialmente, por depósito em garantia de ação indenizatória, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro –TJERJ. A LAMSA vem buscando a reversão do julgado perante o Superior Tribunal de Justiça. Todavia, o autor ingressou com o incidente de cumprimento provisório de sentença e pleiteou o pagamento dos valores conferidos em sentença, que somam R\$ 7.420 (Vide Nota13).

9. Partes relacionadas

LINHA AMARELA S.A.

CNPJ nº 00.974.211/0001-25

Remuneração da Administração

Em 30 de abril de 2021, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 1.338 para exercício de 2021 (R\$ 1.629 em 31 de dezembro de 2020).
A remuneração do pessoal-chave da administração está composta por honorários e benefícios, no montante de R\$ 619 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 955 em 31 de dezembro de 2020).

Composição	2021	2020
Bônus variáveis	246	160
Pró-labore	168	504
Encargos	83	130
Rescisão	52	-
Benefícios pós emprego	13	40
Outros benefícios	57	121
Total	619	955

10. Imobilizado

Custo	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %				Transfe-rências (*)	2021
	2020	Adições	Baixas	2020		
Instalações	10	3.998	-	-	-	3.998
Máquinas e equipamentos	10	20.098	106	(1)	352	20.555
Móveis e utensílios	10	1.884	6	-	8	1.898
Veículos	20	6.564	-	(723)	-	5.841
Benfeitorias	4	3.878	-	-	392	4.270
Equipamentos de informática	20	6.374	27	-	698	7.099
Imobilizado em andamento	-	1.193	-	-	(999)	194
Outros	-	67	20	-	245	332
		44.056	159	(724)	696	44.187

Depreciação acumulada

Instalações	(3.234)	(243)	-	-	(3.477)
Máquinas e equipamentos	(12.193)	(1.575)	1	-	(13.767)
Móveis e utensílios	(949)	(168)	-	-	(1.117)
Veículos	(4.322)	(637)	723	-	(4.236)
Benfeitorias	(1.645)	(144)	-	-	(1.789)
Equipamentos de informática	(5.177)	(626)	-	-	(5.803)
	(27.520)	(3.393)	724	-	(30.189)
	16.536	(3.234)	-	696	13.998

Imobilizado líquido

Custo	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %				Transfe-rências (*)	2020
	2019	Adições	Baixas	2020		
Instalações	10	3.437	152	(10)	419	3.998
Máquinas e equipamentos	10	18.825	231	(894)	1.936	20.098
Móveis e utensílios	10	1.944	37	(110)	13	1.884
Veículos	20	4.682	-	(201)	2.083	6.564
Benfeitorias	4	4.001	38	(423)	262	3.878
Equipamentos de informática	20	6.089	44	(298)	539	6.374
Imobilizado em andamento	-	1.195	18	-	(20)	1.193
Outros	-	-	-	-	67	67
		40.173	520	(1.936)	5.299	44.056

Depreciação acumulada

Instalações	(3.086)	(157)	9	-	(3.234)
Máquinas e equipamentos	(11.282)	(1.519)	608	-	(12.193)
Móveis e utensílios	(868)	(171)	90	-	(949)
Veículos	(3.889)	(635)	202	-	(4.322)
Benfeitorias	(1.674)	(154)	183	-	(1.645)
Equipamentos de informática	(4.858)	(615)	296	-	(5.177)
	(25.657)	(3.251)	1.388	-	(27.520)
	14.516	(2.731)	(548)	5.299	16.536

Imobilizado líquido

(*) Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, houve transferências do imobilizado para o intangível, visando o aperfeiçoamento da classificação contábil.

Redução ao valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

11. Intangível

Software	Prazo de vida útil	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %				Transfe-rências (*)	2021
		2020	Adições	Baixas	2020		
5 anos	8.525	-	-	-	269	8.794	
Direito de concessão (a)	600.506	-	-	-	2.808	603.314	
Intangível em construção (b)	4.650	1.247	-	-	(3.773)	2.124	
		613.681	1.247	-	(696)	614.232	

Amortização acumulada

Software	(7.448)	(452)	-	-	(7.900)
Direito de concessão	(253.573)	(20.839)	-	-	(274.412)
	(261.021)	(21.291)	-	-	(282.312)
	352.660	(20.044)	-	(696)	331.920

Intangível líquido

Software	Prazo de vida útil	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %				Transfe-rências (*)	2020
		2019	Adições	Baixas	2020		
5 anos	7.704	-	-	-	821	8.525	
Direito de concessão (a)	580.105	-	-	(20)	20.421	600.506	
Intangível em construção (b)	23.435	7.756	-	-	(26.541)	4.650	
		611.244	7.756	(20)	(5.299)	613.681	

Amortização acumulada

Software	(7.045)	(403)	-	-	(7.448)
Direito de concessão	(234.003)	(19.588)	18	-	(253.573)
	(241.048)	(19.991)	18	-	(261.021)
	370.196	(12.235)	(2)	(5.299)	352.660

Intangível líquido

(*) Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, houve transferências do imobilizado para o intangível, visando o aperfeiçoamento da classificação contábil.

(a) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 31 de dezembro de 2037, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota nº 01. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(b) As adições ocorridas referem-se, basicamente, a revitalização de passarelas, iluminação da via, pistas automáticas, sinalização, túneis.

Redução ao valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor recuperável. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Dado os fatos mencionados na Nota nº 1.2., a Administração da Companhia de forma adicional, reavaliou o teste de recuperabilidade dos seus ativos comparando o valor contábil com o valor recuperável. Neste cenário, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificados indicadores de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

A avaliação ao valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia até o fim da concessão; (ii) manutenção da concessão até 2037 conforme o contrato de concessão; (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (iv) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária. As principais premissas utilizadas para descontar as projeções de fluxo de caixa e determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 9,8% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 3,07% para 2021 e de 3,00% para o longo prazo.

12. DEBÊNTURES

Passivo circulante	Pagamento				2021
	2020	Principal	Juros ¹	Provisão juros	
Debêntures CEF	34.912	(100.741)	(15.304)	15.304	85.407
Passivo não circulante	-	-	-	-	(85.407)
Debêntures CEF	171.876	-	-	-	86.469
Total debêntures	206.788	(100.741)	(15.304)	15.304	106.047
Aplicação vinculada	-	-	-	-	(4.954)
Total debêntures líquida	206.788	-	-	-	101.093

Passivo circulante	Pagamento				2020
	2019	Principal	Juros (i)	Provisão juros	
Debêntures CEF	239.016	(32.228)	(20.344)	20.344	206.788
	239.016	(32.228)	(20.344)	20.344	206.788
Total de empréstimos e financiamentos	239.016	(32.228)	(20.344)	20.344	206.788
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	-	-
Total de empréstimos e financiamentos líquidos	239.016	-	-	-	206.788

¹ Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Cláusulas restritivas

Empresa	Dívida	Covenants	Límite	Apuração
LAMSA	2ª Emissão de Debêntures (CEF)	ICSD	≥ 1,3	Anual
		DL/EBITDA	≤ 2	Trimestral ⁽ⁱⁱ⁾
		EBITDA/DFL	≥ 1,5	Trimestral ⁽ⁱⁱ⁾

(i) A quebra do Covenants só ocorrerá no caso de descumprimento do índice no período de 12 meses.

Durante o prazo de vigência das debêntures será considerada um evento de inadimplência a não observância e não manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir da data de emissão: (1) EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas limite mínimo 1,5 (um inteiro e cinco décimos); (2) Dívida Líquida / EBITDA limite máximo 2,0 (dois inteiros); e (3) ICSD limite mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos). A falta de cumprimento pela Companhia dos índices anteriormente mencionados somente ficará caracterizada quando verificada nas suas informações financeiras trimestrais e auditadas por, no mínimo, 2 (dois) trimestres civis consecutivos, ou, ainda, por 2 (dois) trimestres civis não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo das debêntures estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	Total
CEF	TR	9,50%	31/05/2027	9,92%	101.093

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	Total
CEF	TR	9,50%	31/05/2027	9,92%	206.788

Em 31 de maio de 2012, a Companhia emitiu 386.722 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, perfazendo o montante de R\$ 386.722. As debêntures fazem jus à remuneração da TR calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% ao ano. Para esta operação a Companhia apresentou como seu Fiodor a METRÓRIO e foram adquiridas pela Caixa Econômica Federal.

O prazo de vencimento das debêntures é de 15 anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 31 de maio de 2027.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive. O primeiro pagamento ocorreu em 30 de novembro de 2012, no montante de R\$ 18.110 e o último pagamento será na data de vencimento das debêntures. O prazo de pagamento do principal é equivalente ao da remuneração a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão.

Parte dos recursos captados por meio da Emissão, no valor de R\$ 232.552, foi utilizada pela Companhia para financiamentos de até 90% de cada um dos projetos previstos em seu Plano de Investimentos. A parte remanescente da Emissão, no valor de R\$ 154.170, foi utilizada para financiamento de até 90% dos projetos do fiador, previstos em seu Plano de Investimentos. Em 31 de agosto de 2012 houve o repasse total deste montante para o Fiador. As condições do repasse realizado ao METRÓRIO são as mesmas da LAMSA junto à Caixa Econômica Federal.

Em 14 de setembro de 2021, como o recebimento antecipado do Debêntures do METRÓRIO, foi realizado uma pagamento de R\$ 72.967 reduzindo o endividamento e atingindo os índices das cláusulas restritivas.

Passivo circulante	Pagamento				2021
	2020	Principal	Juros ¹	Provisão juros	
Debêntures CEF	34.912	(100.741)	(15.304)	15.304	85.407
Passivo não circulante	-	-	-	-	(85.407)
Debêntures CEF	171.876	-	-	-	86.469
Total debêntures	206.788	(100.741)	(15.304)	15.304	106.047
Aplicação vinculada	-	-	-	-	(4.954)
Total debêntures líquida	206.788	-	-	-	101.093

Passivo circulante	Pagamento				2020
	2019	Principal	Juros (i)	Provisão juros	
Debêntures CEF	239.016	(32.228)	(20.344)	20.344	206.788
	239.016	(32.228)	(20.344)	20.344	206.788
Total de empréstimos e financiamentos	239.016	(32.228)	(20.344)	20.344	206.788
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	-	-
Total de empréstimos e financiamentos líquidos	239.016	-	-	-	206.788

Em 31 de dezembro de 2020 houve não atingimento do ICSD. Devido ao processo de encampação e o não atingimento do índice financeiro da LAMSA, sua dívida foi toda reclassificada para o curto prazo.

Em 06 de dezembro de 2021, foi assinado em Ata da Assembleia Geral de Debenturistas, a não cobrança antecipada do Contrato de Cessão Fiduciária, pelo descumprimento no dia 30 de março de 2021, os termos do contrato Cláusula 2.2 do Contrato de Cessão Fiduciária.

Em 31 de dezembro de 2021 os índices estão em de acordo com as cláusulas restritivas e os saldos foram alocados em parcelas no passivo circulante e não circulante.

Hipóteses de vencimento antecipado

Os contratos de financiamento na Companhia, possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

Os contratos de financiamento na Companhia, possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

Os contratos de financiamento na Companhia, possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

Os contratos de financiamento de longo prazo na Companhia possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

Isso tudo é válido no cenário em que haja o vencimento das debêntures da Companhia, e a dívida não seja quitada.

Rebaixamento de rating

Em 08 de abril de 2020, a agência de classificação de riscos Moody's Corporation alterou a classificação de risco atribuída à 2ª emissão de debêntures privada da LAMSA, passando de 'BA3 - br' para 'B2 - br' na escala nacional. O rating na escala global foi mantido em 'B3'. A ação de rating atual deriva do momento sem precedentes vivenciado pela economia global devido à rápida e crescente disseminação do surto de Coronavírus - Covid-19 - gerando impacto no fluxo de veículos da concessão e, consequentemente, em seu risco de crédito.

A escritura das debêntures possui como uma das hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a 'Baa1.br'; portanto, maior que a classificação atual. Para que não haja decretação de vencimento antecipado, é necessária convocação de Assembleia Geral de Debenturistas - AGD.

Na AGD de 31 de julho de 2020, os debenturistas deliberaram sobre a não declaração de vencimento antecipado das debêntures em razão dos rebaixamentos da classificação de risco atribuído à Emissão com renúncia temporária da cláusula de rating mínimo pelo prazo de 12 (doze) meses.

Em 21 de setembro de 2020, em decorrência da decisão do Superior Tribunal de Justiça, do dia 15 de setembro de 2020, que suspendeu as liminares que impediam a encampação da concessão da via expressa Linha Amarela, objeto de contrato entre a LAMSA e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, a agência de classificação de riscos Moody's Corporation alterou a classificação de risco atribuída à 2ª emissão de debêntures privada da LAMSA ("Emissão" ou "Debêntures"), passando de 'B2.br' para 'Caa1.br' na escala nacional, e de 'B3' para 'Caa1' na escala global. Esse rebaixamento não gera impacto na emissão de debêntures, dada a aprovação mencionada no parágrafo anterior.

Em 29 de junho de 2021 foi atribuído pela Moody's Local Brasil o rating CCC+.br à 2ª emissão de debêntures privadas da Lamsa, equivalente ao rating atribuído anteriormente.

Em 06 de dezembro de 2021, foi assinado em Ata da Assembleia Geral de Debenturistas, a não cobrança antecipada do Contrato de Cessão Fiduciária, pelo descumprimento no dia 30 de março de 2021, os termos do contrato Cláusula 2.2 do Contrato de Cessão Fiduciária.

Em 31 de dezembro de 2021, não houve alteração do rating, permanecendo em CCC+.

LINHA AMARELA S.A.

CNPJ nº 00.974.211/0001-25

As ações preferenciais não têm direito a voto e tem direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social. Devido ao acordo de reestruturação com a *Mubadala Capital*, no acordo de reestruturação da aquisição dos Metrô Rio e Barra, que ocorreu em 08 de novembro de 2021, a Lamsa, não poderá distribuir dividendos, mesmo que em seu Estatuto seja autorizado.

(d) Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 ocorreram adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 13.000, este foi capitalizado em 22 de fevereiro de 2021.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020
Receita de pedágio.....	131.276	167.807
Impostos, deduções e cancelamentos.....	(11.356)	(14.516)
Receita operacional líquida	119.920	153.291

Conforme mencionado na nota nº 1.2, a Companhia teve a receita de pedágio suspensa no 4º trimestre de 2020 a só retornou no 2º trimestre de 2021, no entanto a tarifa foi reduzida para R\$ 4,00, muito inferior ao R\$ 7,50 praticado no ano de 2020. Com isso a empresa teve um efeito relevante nas receitas de 2021.

16. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	2021	2020
Pessoal.....	(24.101)	(24.050)
Conservação e manutenção (*).....	(14.586)	(11.060)
Serviços de terceiros.....	(8.437)	(26.120)
Consultoria e assessoria.....	(2.327)	(5.904)
Energia elétrica.....	(3.290)	(2.889)
Seguros e garantias.....	(1.945)	(1.652)
Veículos.....	(1.357)	(1.112)
Aluguéis e impostos.....	(292)	(457)
Marketing.....	(432)	(482)
Depreciação e amortização.....	(24.684)	(23.243)
Perda no recebimento de crédito e riscos.....	(321)	(6.767)
Outras receitas (despesas) operacionais.....	(676)	3.500
(82.448)	(100.236)	
Custo de serviços prestados.....	(55.425)	(49.894)
Despesas gerais e administrativas.....	(26.347)	(53.842)
Outras receitas (despesas) operacionais.....	(676)	3.500
(82.448)	(100.236)	

(*) A empresa trabalhou em 2021 fortemente na redução de despesas de serviços de terceiros e consultorias para manter a empresa saudável devido a falta de receita de pedágio ocorrida no 1º trimestre de 2021.

17. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras.....	1.860	489
Varição monetária ativa.....	1.575	2.182
Desconto obtidos.....	3	4
Varição cambial ativa.....	-	751
Operações de instrumentos financeiros derivativos.....	-	1.562
Juros sobre debêntures.....	4.957	8.138
Total receitas financeiras.....	8.395	13.126
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures.....	(15.304)	(20.344)
Varição monetária passiva.....	(1.603)	(1.577)
Comissões e despesas bancárias.....	(449)	(1.244)
Juros sobre empréstimos e financiamentos.....	(187)	(206)
Varição cambial passiva.....	-	(2.384)
Outros.....	(156)	(161)
Total despesas financeiras.....	(17.699)	(25.912)
Total resultado financeiro.....	(9.304)	(12.790)

18. Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	2021		2020		Total
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	
Numerador básico					
Lucro atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais.....	5.989	11.978	17.967	21.981	32.807
Denominador básico e diluído.....	-	-	-	-	-
Média ponderada das ações (em milhares).....	70.667	141.334	212.001	55.388	110.775
Lucro básico e diluído por ação (R\$).....	0,0847	0,0847	0,1974	0,1974	

19. Seguros (Não auditado)

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora	Objeto
		Início	Vencimento		
Garantia.....	R\$ 31.992	18/12/2021	18/12/2022	BMG	(a)
Responsabilidade civil.....	R\$ 100.000	01/08/2021	01/08/2022	Tokio Marine	(b)
Riscos operacionais.....	R\$ 280.000	01/08/2021	01/08/2022	Tokio Marine	(c)
D&O.....	R\$ 100.000	04/05/2021	04/05/2022	Berkley	-
AUTO FROTA 100 % FIPE.....	24/08/2021	24/08/2022	Porto Seguro	-	-

(a) Garantir o cumprimento das obrigações oriundas do contrato de concessão nº 513/94 datado em 09 de dezembro de 1994 e do 11º Termo Aditivo, compreendendo a operação e manutenção da via do subtrecho da Linha Amarela entre a Cidade de Deus (KM 6) e o viaduto Sampaio Corrêa (KM 21) e a Ilha do Fundão.

(b) Garantir até o limite máximo da importância segurada perdas resultantes de danos corporais e materiais causados a terceiros, decorrentes da operação da empresa segurada, desde que sejam involuntários e acidentais. O seguro garante o pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou pendidas pelo segurado, nas reparações de danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros, e/ou nas ações emergenciais empreendidas, com objetivo de evitá-lo ou minorar seus efeitos.

(c) Garantir até o limite máximo da importância segurada danos acidentais causados aos veículos segurados, que o Segurado venha a sofrer em consequência dos riscos cobertos aos bens segurados, enquanto estiverem nos locais definidos na apólice. Condição igualmente aplicável quando realização de obras de reforma e/ou ampliação. Garantir também o limite máximo da indenização a cobertura de Lucros Cessantes pela perda temporária de receita, decorrente da interrupção das atividades causadas por danos materiais à empresa segurada.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

Instrumentos financeiros	2021		2020	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa.....	44.073	-	9.960	-
Aplicação Financeira.....	7.645	-	-	-
Debêntures.....	-	-	-	93.280
Partes relacionadas.....	-	290	-	323
Total do ativo.....	51.718	290	9.960	93.603
Passivos				
Fornecedores.....	-	7.801	-	7.136
Partes relacionadas.....	-	4.613	-	5.313
Debêntures.....	-	101.093	-	206.788
Total do passivo.....	-	113.507	-	219.237

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado.

Marcus Vinicius Figur da Rosa
Diretor Superintendente

Adriana Batira Fernandes
Contadora - CRC 1SP218098/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Linha Amarela S.A. - LAMSA
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Linha Amarela S.A. - LAMSA** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Linha Amarela S.A. - LAMSA** ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A seguir, descrevemos os principais assuntos de auditoria:

Encampação da operação e paralisação da cobrança de pedágio

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, segundo a qual a Companhia, em 5 de novembro de 2019, foi impactada pela emissão da Lei Complementar nº 213, onde a Câmara do Município do Rio de Janeiro autorizou a encampação da operação e a manutenção da operação da **Linha Amarela**. Desde então, a **LAMSA** vinha operando a **Linha Amarela** por meio de liminares. Em 27 de janeiro de 2021 foi proferida decisão do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro determinando que a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro adotasse as providências cabíveis para a retomada do serviço de concessão e, em 21 de fevereiro de 2021, o Poder Concedente retomou os serviços prestados pela Companhia. Em 5 de março de 2021, por decisão do Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Companhia retomou a operação da **Linha Amarela**, estando pendente a retomada da cobrança da tarifa de pedágio em função do Decreto Municipal nº 48.599, de 9 de março de 2021. Em 16 de março de 2021, foi realizada audiência de conciliação e as partes envolvidas retomaram as negociações, visando a resolução consensual do impasse e concordaram com a realização de nova audiência no dia 31 de março de 2021. Na última audiência de conciliação, realizada no dia 5 de abril de 2021, foi sugerida pelo Supremo Tribunal Federal a adoção de uma tarifa básica de pedágio provisória no valor de R\$ 4,00 (quatro reais). As partes concordaram com a proposta e desde o dia 9 de abril de 2021 a Companhia vem cobrando tarifa básica nesse valor. Por convenção das partes foi elaborado um laudo técnico por empresa especializada, que chegou à conclusão de que o contrato de concessão está desequilibrado em favor da Companhia e que a tarifa básica para chegar ao reequilíbrio deveria ser majorada. O laudo foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal e, atualmente, aguarda-se designação de nova audiência de conciliação entre os interessados.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois em conjunto com o processo de encampação a Companhia se encontra em negociação com a Prefeitura do Rio de Janeiro para celebrar um acordo que resulte no encerramento de todos os pleitos de reequilíbrio econômico que estabeleça e permita que a Companhia cobre um valor de tarifa definitivo e não provisório, e encerre todas as demandas acerca da encampação e/ou rescisão ou término do contrato de concessão da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros a leitura de documentos emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia com o andamento do processo de encampação. Obtenção do plano de negócios da Companhia e indagação aos Administradores com relação ao plano de continuidade operacional.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia na avaliação da retomada das atividades de cobrança de pedágio e quanto aos potenciais impactos

no contexto dos impactos das demonstrações contábeis, e divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, a receita de prestação de serviços é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável. Adicionalmente, a receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia; e (ii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de prestação de serviços; (ii) identificação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração e a avaliação do desenho, da implementação e do teste de efetividade, quando aplicável, dessas atividades de controles; (iii) o envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação para entendimento dos controles internos relacionados ao ambiente sistêmico, bem como a realização de testes específicos relacionados à segurança de acesso, à gestão de mudanças em sistemas e ao monitoramento de rotinas de processamento para os principais sistemas, aplicativos e seus respectivos bancos de dados; e (iv) Recálculo mensal da receita, tarifa x nº de veículos pagantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento de receita de serviços, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria das cifras do ano anterior

As demonstrações contábeis, mencionadas no primeiro parágrafo, apresentadas para fins de comparação referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 25 de março de 2021, sem ressalvas e com parágrafo de ênfase sobre incerteza relacionada com a continuidade operacional. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre as informações financeiras referentes as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado: • Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia apurar ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. As taxas de juros das debêntures estão vinculadas à variação da TR.

(c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

(d) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros das debêntures, operações financeiras e empréstimos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquele que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano).....	8,45%	6,34%	4,23%
TR Passivo (% ao ano).....	0,10%	0,13%	0,15%

Os indicadores utilizados para 2021 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TR, que foi utilizada a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

Operação	Risco/ indexador	Cenário		
		Base provável	Cenário A	Cenário B
Ativo financeiro				
Equivalente de caixa.....DI		44.073	3.724	2.793
Aplicação Financeira.....DI		7.645	646	485
Passivo financeiro				
Debêntures.....TR		106.047	106	133
Aplicação vinculada (*)...DI		4.954	419	314

(*) Apresentada como redutora do passivo financeiro (vide nota 12).

(e) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

21. Transação não caixa

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa.

	2021	2020
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente.....	230	278
	230	278

